



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2025/SRP**

|   |   |
|---|---|
| Lei federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), Decreto Municipal nº 511/2011 de 17 de maio de 2011(Registro de Preços), Decreto Municipal nº 1172/2025(Comissão Permanente de Licitações).  |   |
| <b>II. ÓRGÃO INTERESSADO/ ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA</b><br>Secretaria Municipal de Saúde.  |   |
| <b>III. MODALIDADE/FORMA/Nº DE ORDEM</b><br>Pregão Eletrônico Nº 32/2025/SRP  | <b>IV. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº</b><br>7285/2025  |
| <b>V. TIPO DE LICITAÇÃO</b><br>Menor Preço  | <b>VI. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</b><br><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não  |
| <b>VII. NÚMERO DA LICITAÇÃO [LICITAÇÕES-E/BANCO DO BRASIL]</b><br>Nº 1083148  |   |
| <b>VIII. TIPO DE LICITAÇÃO</b><br>Menor Preço   | <b>IX. FORMA DE FORNECIMENTO</b><br>Parcelada   |
| <b>X. RESERVA DE QUOTA ME/EPP</b><br><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> NÃO   | <b>XI. EXCLUSIVA ME/EPP</b><br><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO   |
| <b>XII. CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b><br>Menor Preço Global por lote   |   |
| <b>XIII. OBJETO</b><br>Seleção de proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa para aquisição de medicamentos de farmácia básica, hipertensão e diabetes, saúde mental e contraceptivos, para atendimento das necessidades da Central de Abastecimento farmacêutico do Fundo Municipal de Saúde de Igrapiúna-BA, através do Sistema de Registro de Preços.   |   |
| <b>XIV. DATA INICIAL PARA O ENVIO DE PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS</b><br>DATA: 19/11/2025, HORÁRIO: 17h00min ENDEREÇO ELETRÔNICO: <a href="https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/">https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/</a>   |   |
| <b>XV. LIMITE DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS</b><br>DATA: 04/12/2025, HORÁRIO: 09h00min  | <b>XVI. INÍCIO DA DISPUTA</b><br>Data: 04/12/2025, Horário: 09h00min  |
| <b>XV. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b><br>A despesa decorrente desta Licitação será atendida com recursos do Município de Igrapiúna, consignadas nas Dotações informadas por oportunidade da Contratação.  |   |
| <b>XVII. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA</b><br>12 (doze) meses  | <b>XVIII. VIGÊNCIA DO CONTRATO</b><br>Os preços e os quantitativos registrados em decorrência deste pregão serão atualizados em até 12 meses da data de assinatura da respectiva ata de registro de preços. |
| <b>XIX - LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL</b><br>As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pela Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no Coordenação de Compras, Licitação e Contratos – COLIC, diariamente, das 08h00min às 14h00min, sito no Centro Administrativo Dr. Antônio Lemos Maia, s/nº, Centro, Igrapiúna, Bahia, ou pelo e-mail: <a href="mailto:colic@igrapiuna.ba.gov.br">colic@igrapiuna.ba.gov.br</a> |   |
| <b>PREGOEIRO RESPONSÁVEL:</b> Roberto Eugenio O. Travassos<br><b>ATO DE NOMEAÇÃO:</b> Decreto Municipal nº 1154/2025  |   |



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGRAPIUNA

**EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2025/SRP**  
**PREÂMBULO**

1. O Município de Igrapiúna, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, através do Pregoeiro, designado pelo Decreto Municipal nº 1172/2025, torna público para conhecimento dos **interessados** que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço**, para Seleção de proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa para aquisição de medicamentos de farmácia básica, hipertensão e diabetes, saúde mental e contraceptivos, para atendimento das necessidades da Central de Abastecimento farmacêutico do Fundo Municipal de Saúde de Igrapiúna-BA, através do Sistema de Registro de Preços.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**DIA: 04/12/2025**

**HORÁRIO: 9h (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>**

2. O procedimento licitatório observará as disposições da Lei federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), Decreto Municipal nº 511/2011 de 17 de maio de 2011(Registro de Preços), Decreto Municipal nº 1172/2025(Comissão Permanente de Licitações).

**SEÇÃO I - DO OBJETO**

2.1. A presente licitação tem como objeto a Seleção de proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa para aquisição de medicamentos de farmácia básica, hipertensão e diabetes, saúde mental e contraceptivos, para atendimento das necessidades da Central de Abastecimento farmacêutico do Fundo Municipal de Saúde de Igrapiúna-BA, através do Sistema de Registro de Preços.

2.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação do lote de seu interesse.

2.3. Prazo de entrega dos objetos: **07 (sete) dias úteis.**

3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Sistema Eletrônico de Licitações do Banco do Brasil e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

**SEÇÃO II - DA DESPESA**

4. Para a licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

**SEÇÃO III- DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

5. O órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Saúde.

6. Participantes: Fundo Municipal de Saúde.

**SEÇÃO IV - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

7. Poderão participar deste Pregão os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema Eletrônico de Licitações do Banco do Brasil, por meio do sítio <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>.

8. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

8.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

8.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9. Não poderão participar deste Pregão:

9.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

9.2. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

9.3. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 14 da Lei nº 14.133/21);

9.4. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;

9.5. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

9.6. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

9.7. Empresas de que tenham proprietários, controladores ou diretores Vereadores (cfr. art. 54, II da Constituição);

9.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

9.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 14.133/21.

9.10. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

9.11. Empresa cujo sócio tenha vínculo de parentesco com servidor do órgão contratante (TCU - Acórdão 1019/2013- Plenário, TC 018.621/2009-7, relator Ministro Benjamin Zymler, 24.4.2013).

10. Só participarão da reabertura da sessão pública, prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, os licitantes que informarem seus endereços eletrônicos em campo próprio disponibilizado pelo sistema, após a fase de aceitação, caracterizando renúncia a esta possibilidade a ausência de manifestação neste momento.

11. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a DESCLASSIFICAÇÃO do licitante.

## **SEÇÃO V – DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS**

12. No caso de participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, será observado o disposto na Lei Complementar nº 123/06, notadamente os seus arts. 42 a 49.

12.1. O enquadramento como microempresa – ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.

12.2. No caso de participação de sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, §4º, VI da Lei Complementar nº 123/06, a sociedade cooperativa receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.

12.3. O empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.

13. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

14. Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração em campo próprio do sistema que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (Art. 11 do Decreto nº 6.204/07).

14.1. Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada através de e-mail informado no instrumento convocatório ao Pregoeiro até a data e horário marcados para abertura da sessão.

15. A não apresentação da declaração de ME/EPP e equiparado importará na renúncia ao tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06.

16. A identificação das ME/EPP ou equiparados na sessão pública do pregão eletrônico só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a impedir a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.

## **SEÇÃO VI – DA HABILITAÇÃO**

17. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

18. Para habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:

- 18.1. Habilitação Jurídica;
- 18.2. Qualificação econômico-financeira;
- 18.3. Regularidade fiscal e trabalhista;
- 18.4. Qualificação técnica e
- 18.5. Documentação complementar.

19. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

- 19.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 19.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 19.3. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 19.4. Em caso de cooperativas:
  - a) Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais;
  - b) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;
  - c) Ata de Fundação;
  - d) Estatuto Social com a ata da assembleia que o aprovou;
  - e) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
  - f) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e

g) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

20. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

20.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante pessoa jurídica ou empresário individual, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

20.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos **últimos 02(dois) exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

20.2.1. Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

21. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

21.1. Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);

21.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

21.3. Prova de regularidade perante:

21.3.1. A Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da Lei e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, **abrangendo inclusive as contribuições sociais**, de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 02/10/2014;

21.3.2. As Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante.

21.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

21.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.

22. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

23. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 dias contados da data da abertura da sessão pública.

24. As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06).

24.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06);

24.2. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal;

24.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

25. Documentos relativos à **Qualificação Técnica**:

25.1. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de 01(um) ou mais atestados, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de produtos ofertados, com indicações das quantidades;

25.1.2. Comprovação da autorização de funcionamento de empresa, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, publicada no DOU, sendo que não será aceito protocolo de encaminhamento.

25.1.3 Autorização especial, quando a licitante – matriz e/ou filial – cotar preço para os materiais sujeitos a controle especial, observadas às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e prova da sua vigência mediante publicação no Diário Oficial da União atualizada anualmente, conforme Portaria SVS/MS Nº 344, de 12/05/1998.

25.1.4. Licença de Funcionamento/Alvará de Saúde ou equivalente, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da licitante para exercer atividades de comercialização e venda de produtos, válida para o ano em exercício ou conforme dispuser a própria certidão ou a legislação competente

26.1. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas por este Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

27. O licitante deverá declarar, conforme modelos sugeridos:

27.1. que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;

27.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

27.3. que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854/99;

27.4. que a proposta foi elaborada de forma independente;

27.5. o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

28. A pessoa que assinar os documentos exigidos na documentação complementar prevista neste item deverá comprovar que detém poderes para agir em nome do licitante.

29. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis, sob pena de inabilitação

30. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal, tributária e trabalhista emitidas pela internet;

31. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

31.1. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

31.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

31.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

31.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado da Prefeitura Municipal de Igrapiúna - BA, designado para a Comissão de Contratações ou Pregoeiro designado.

32. Constatado o atendimento às exigências previstas neste Edital, o licitante será declarado habilitado.

### **SEÇÃO VII – DO CREDENCIAMENTO**

33. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>.

34. O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

35. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

36. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura de Igrapiúna responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

37. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de descredenciamento do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Igrapiúna – BA.

38. A perda ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### **SEÇÃO VIII – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

39. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

40. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [colic@igrapiuna.ba.gov.br](mailto:colic@igrapiuna.ba.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Centro Administrativo Dr. Antonio Lemos Maia, S/Nº, Centro, Prédio da Prefeitura Municipal, Igrapiúna, Bahia das 08h00min às 14h00min de segunda a sexta-feira. Será considerado, para efeito de recepção, o horário de atendimento ao público, o horário acima. E-mails recebidos fora do horário acima estabelecido, serão considerados recebidos no dia útil imediatamente posterior.

40.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

40.2 Acolhida a impugnação será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas

41. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via e-mail, no endereço indicado no edital.

41.1 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

42. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

42.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

42.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas e vincularão os participantes e a administração.

## **SEÇÃO IX – DA PROPOSTA**

43. O licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, a proposta inicial, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

43.1 No caso de divergência entre a especificação constante no site do Banco do Brasil e o Edital, prevalecerá a especificação constante no Edital.

43.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

43.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

43.4 É facultado ao licitante cotar todos, alguns, ou somente um dos itens definidos no Anexo deste Edital.

44 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

45 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

46 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

46.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

47 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.

48 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

49 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

50 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

51 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

#### **SEÇÃO X – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

52 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>

53 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico, durante a sessão.

#### **SEÇÃO XI – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

54 A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Quando o licitante detentor do lance mais vantajoso for inabilitado, tiver sua amostra rejeitada, não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, ou, ainda, quando houver erro na aceitação do preço; e
- b) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública.
- c) Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta, na forma usual do sistema eletrônico.
- d) O licitante subsequente, sendo respeitada a ordem de classificação, e observadas as regras de desempate da Seção “DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE”, será convocado tendo por base o próprio preço que ofereceu na sessão de lances;
- e) Deverá ser observado o direito de preferência previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS” deverá ser recalculado levando-se em consideração o lance apresentado pelo licitante subsequente;
- f) Existindo ME/EPP ou equiparado dentro do novo critério de preferência, prosseguir-se-á, normalmente, nos termos da Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS”;
- g) Finalizado o procedimento previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS”, ou inexistindo direito de preferência de ME/EPP ou equiparado, será realizada a negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”;

- h) Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, nos termos da Seção “DOS RECURSOS”, prosseguindo-se, normalmente, com as demais fases previstas neste Edital.
- i) A convocação poderá ser feita pelo sistema e/ou pelo Diário Oficial.
- j) Este edital poderá ser republicado para atualização preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimativo, observada a mesma publicidade do certame inicial

## **SEÇÃO XII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

55 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

58.1 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

56 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

57.1 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

## **SEÇÃO XIII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES - MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO.**

57 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

58 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

59 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

59.2 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

60 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

60.2.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

61 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

62 Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

62.2 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de desclassificação da proposta. (Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2013);

62.3 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 10,00 (dez reais), sob pena de desclassificação da proposta. (Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2013)

63 Quando for constatado o oferecimento de lances com variação insignificante, O Pregoeiro poderá fixar valor mínimo, em reais, **não superior a 0,01% do valor estimado da contratação**, a ser admitido como variação entre um lance e outro.

64 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

64.2 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

65 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

66 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

67 Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

68 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

69 O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível a realização de eventual diligência.

69.2 Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

#### **SEÇÃO XIV – DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO**

70 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

71 No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação expressa do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

72 A Sessão Eletrônica poderá ser suspensa, após a comunicação expressa aos participantes no sítio <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>.

#### **SEÇÃO XV – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS**

73 Todos os licitantes deverão permanecer conectados até que O Pregoeiro possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as seguintes providências:

74 A ME/EPP ou equiparado considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame em até 05 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão (Art. 45, inciso I c/c § 3º, da LC nº 123/06);

75 A ME/EPP ou equiparado acima indicado que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, e atenda as demais exigências previstas neste Edital, terá adjudicado em seu favor o objeto licitado (Art. 45, I, da LC nº 123/06).

76 Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame (Art. 45, II, da LC nº 123/06).

77 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP e equiparados sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta ou lance mais vantajoso (Art. 44, §§ 1º e 2º, da LC nº 123/06).

78 O critério de empate (5%) deverá ser aferido segundo o preço obtido antes da negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”.

79 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro. No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

80 Somente se a contratação de ME/EPP ou equiparado que esteja dentro do critério de empate falhar é que o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, atendidas as demais disposições deste Edital (§ 1º do art. 45 da LC nº 123/06).

81 O disposto nesta Seção somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP ou equiparado (Art. 45, § 3º, da LC nº 123/06).

## **SEÇÃO XVI – DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE**

82 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

83 Havendo eventual empate entre propostas ou lances após realizado o procedimento previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS”, restarem duas ou mais propostas em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência:

83.2 Sucessivamente, aos bens:

83.3 Produzidos no País;

83.4 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

83.5 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

86.4.1 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

84 Na ausência das hipóteses de preferência acima enumeradas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, pelo sistema eletrônico, vedado qualquer outro processo.

## SEÇÃO XVII - DA NEGOCIAÇÃO

88. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

89 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

90 No pregão, qualquer modificação na proposta tendente a alterar o teor das ofertas deve ocorrer na etapa de negociação, a qual deve ser realizada entre O Pregoeiro e o licitante por meio do sistema eletrônico (art. 24, §§ 8º e 9º, do Decreto 5.450/2005), tendo como finalidade a obtenção de preços melhores dos que os cotados na fase competitiva e, conseqüentemente, a proposta mais vantajosa para a Administração. Acórdão 834/2015-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS

## SEÇÃO XVIII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

91. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da documentação de habilitação exigida neste edital, e se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

92. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

93. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

94. O critério de julgamento será o de **menor preço global por lote**, mas a aceitação da proposta será por item, a fim de evitar o jogo de planilhas.

94.1 No Sistema Licitações-e do Banco do Brasil, a licitação do Menor preço global por item é denominada por lote.

94.2 Será desclassificada a proposta final que:

- a. Contenha vícios insanáveis ou ilegalidades;
- b. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Termo de Referência;
- c. Apresentar preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste Edital;
- d. Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis;
- e. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

95. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

95.1 O pregoeiro poderá solicitar para verificação da exequibilidade da proposta, a planilha de composição de preços dos itens arrematados pelos licitantes dentro do prazo estabelecido por ele e informado no sistema, sob pena de não aceitação posterior ao prazo estabelecido.

96. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

97. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

98. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

99. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

100. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Igrapiúna para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitir parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada e contratada pela Administração.

101. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

102. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

103. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

104. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

105. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

106. No julgamento das propostas, O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

107. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **SEÇÃO XIX – DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

108. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, o Pregoeiro verificará, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

d) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

109. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

110. Constatada a existência de vedação à participação no certame, O Pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

111. Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens ou grupos de participação exclusiva para ME/EPP ou equiparados, ou na hipótese de exercício da prerrogativa de efetuar o lance de desempate previsto Lei Complementar nº 123/2006, O Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), na seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente extrapola o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício.

112. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolem do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

113. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos encaminhados em conjunto com a apresentação da proposta, por meio do sistema.

114. A verificação pelo Pregoeiro ou equipe de apoio, nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

115. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação **complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

116. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

117. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

118. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

119. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

120. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro procederá na forma prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.

121. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos ou de outras propostas, escoimados das causas referidas no ato de inabilitação ou de desclassificação.

## **SEÇÃO XX – DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA REAJUSTADA**

122. A proposta comercial, enviada exclusivamente pelo sistema, deverá conter os seguintes elementos:

- a) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- c) A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- d) Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- e) Nome, endereço, CNPJ e Inscrição estadual/municipal;
- f) Número do processo e do pregão;
- g) Especificação de forma detalhada do objeto da presente licitação, em rigorosa conformidade com as especificações do Edital e seus Anexos, não se admitindo propostas alternativas.
- h) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12 da Lei nº 14.133/21).
- i) Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- j) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- k) A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- l) As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

123. A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Modelo constante no Edital.

124. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado.

125. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

125.1. Na fase de habilitação das licitações, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento conforme disposto no art. 63 inciso II da Lei 14.133/2021.

125.2. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante melhor classificado na fase de lances, de realizar o objeto desta licitação, estão previstos neste Edital.

125.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada no sistema, acompanhada dos documentos exigidos por este edital e se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital através do portal de licitações onde ocorrerá o certame, conforme disposto no art. Art. 65 da Lei 14.133/2021.

125.4. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **SEÇÃO XXI - DA AMOSTRA**

126. O Pregoeiro, a pedido do setor técnico da Secretaria demandante **poderá** solicitar ao licitante classificado em primeiro lugar amostra dos produtos ofertados, que deverão ser encaminhados a Secretaria de Saúde, localizada no Centro Administrativo Dr. Antônio Lemos Maia, S/N, Centro, Igrapiúna-BA no horário de 08h00min às 15h30min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da solicitação.

127.A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo.

128.Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto.

129.Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, desmontados, instalados, conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.

130.Os demais licitantes serão notificados para, querendo, acompanhar a apresentação e análise das amostras ofertadas pelo licitante vencedor.

131.Será rejeitada, mediante despacho fundamentado, a amostra que não atender às especificações descritas neste edital.

132.Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

133.Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada por mais de uma vez ou não entregá-la no prazo estabelecido.

134.Se a amostra for aceita, do quantitativo total a ser entregue pelo licitante vencedor serão subtraídos os produtos apresentados como amostra.

135.Se a amostra for rejeitada mais de uma vez, O Pregoeiro examinará a proposta do licitante subsequente, atentando-se para o disposto na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.

136. Caso a proposta do licitante subsequente seja aceita e o licitante habilitado, O Pregoeiro solicitará, no prazo estabelecido neste Edital, amostra dos produtos ofertados.

137. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, desmontados, instalados, conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.

138. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

139. Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto.

140. Após a homologação do certame, o licitante terá 30 (trinta) dias úteis retirar a amostra rejeitada no mesmo endereço onde foi entregue. Após esse prazo, as amostras não retiradas serão descartadas.

## SEÇÃO XXII - DOS RECURSOS

141. Declarado o vencedor, O Pregoeiro abrirá prazo de dez minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma **imediata** em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**No pregão, eletrônico ou presencial, o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar, antecipadamente, no mérito da questão.** Acórdão 602/2018-Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO

142. Durante o prazo para manifestação da intenção de recorrer, os licitantes interessados poderão solicitar O Pregoeiro o envio por meio eletrônico, preferencialmente, ou outro meio hábil, de acordo com os recursos disponíveis no órgão dos documentos de habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor do certame ou de qualquer outro documento dos autos.

143. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

143.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

*143.1 no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.*

**144. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito**, ficando a Autoridade Competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

145. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, protocoladas junto ao Setor de Protocolo desta municipalidade de segunda a sexta das 08h00min às 13:00min, ficando os demais licitantes, após a publicação da impugnação, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

146. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

147. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

### **SEÇÃO XXIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

148.O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente caso não haja interposição de recurso, após a regular decisão dos recursos apresentados.

149.Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

150.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### **SEÇÃO XXIV– DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

151.Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, procederem à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

152.O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

153.A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

154.É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

155.Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

156.Serão registrados em ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante mais bem classificado; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

157.No momento da assinatura da Ata, a Administração verificará se os licitantes mantêm as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência da ata.

157.1 Caso não haja concordância, poderá ocorrer o reaproveitamento dos atos internos do procedimento licitatório para lançamento de nova fase externa com nova etapa de lances, em autos apartados, porém com a realização de nova pesquisa de mercado para estabelecimento de novo preço máximo para o objeto

158. Constatada a irregularidade, quando o licitante vencedor se recusar a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente ou em qualquer outra hipótese de cancelamento do registro prevista no Decreto nº 511/2011, a Prefeitura Municipal poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

159 Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

160. Na hipótese de concordância da detentora da ata na manutenção do preço registrado, poderá ocorrer o reaproveitamento dos atos internos do procedimento licitatório para lançamento de nova fase externa com nova etapa de lances, em autos apartados, considerando o preço atualmente registrado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o(s) respectivo(s) item(ns);

161. A detentora da ata será consultada sobre o interesse na manutenção do preço registrado, mediante a apresentação de nova proposta, próximo ao término da Ata de Registro de Preços Permanente ou consumido todo o seu quantitativo.

#### **SEÇÃO XXV – DA VIGÊNCIA DA ATA**

162. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma estabelecida pela Lei 14.133/2021.

#### **SEÇÃO XXVI – DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA**

163. A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 511/2011, conforme previsto na Ata de Registro de Preços anexa ao Edital.

164. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

#### **SEÇÃO XXVII – DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

165. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de (a) instrumento contratual; b) nota de empenho de despesa; c) autorização de compra; ou, d) especificar outro instrumento similar), exigidos pela Lei nº 14.133/21, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 511/2011.

166. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 03 (três) dias úteis, (a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou, b) assinar o Contrato, conforme for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

167. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

168. Previamente à formalização de cada contratação, a Prefeitura Municipal realizará consulta da regularidade fiscal, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

169. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**170. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.**

171. As empresas a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pela empresa contratada, com a descrição dos bens a serem fornecidos e seus respectivos valores.

172. A subcontratação somente será autorizada mediante apresentação, pela empresa subcontratada, de toda a documentação de habilitação exigida neste Edital.

173.A empresa contratada é responsável pelos danos causados pela subcontratada à Administração ou a terceiros na execução do objeto subcontratado.

174.A empresa contratada compromete-se a substituir imediatamente a empresa subcontratada, na hipótese de extinção da subcontratação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos.

175.Aplicam-se às empresas subcontratadas todas as restrições previstas neste edital.

176.A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

177.Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem durante sua vigência, de tudo dando ciência à Administração.

#### **SEÇÃO XXVIII – DA GARANTIA DO CONTRATO**

178.Não será exigida garantia da execução do contrato, mas o CONTRATANTE poderá reter no caso de obras de engenharia 5% (cinco por cento) de cada montante a pagar, para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pelo CONTRATADO, retenção esta que será paga ao CONTRATADO quando do último pagamento devido, deduzida, se for o caso, das multas, indenizações e ressarcimentos de acordo com o art.92 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **SEÇÃO XXIX - DO INSTRUMENTO DO CONTRATO**

179.A contratação será formalizada através de contrato, quando for o caso.

#### **SEÇÃO XXX – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

180.O contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, observada a vigência do crédito orçamentário.

181.O prazo de vigência poderá ser aumentado ou reduzido ao prazo necessário para a entrega do produto, recebimento e pagamento, observados os limites legais.

#### **SEÇÃO XXXI – DO PREÇO**

182.Durante a vigência de cada contrato, os preços são fixos e irrevogáveis.

#### **SEÇÃO XXXII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

b) Entregar o objeto dentro do prazo estabelecido neste edital;

c) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

d) comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137,) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h) A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- r) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

### **SEÇÃO XXXIII- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

184.O Município de Igrapiúna-Ba obriga-se a:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- f) Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

- g) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i) Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 05(cinco) dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

#### **SEÇÃO XXXIV - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO**

- a) O início do fornecimento do objeto desta licitação se dará após a entrega da Autorização de Fornecimento à contratada;
- b) O prazo para entrega do objeto da licitação, é de **07 (sete) dias úteis** a contar da data do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- c) O(s) Produtos(s) licitados deverão ser entregues no município no endereço constante na autorização de fornecimento encaminhado pela Secretaria demandante.
- d) O material deverá ser entregue acondicionado adequadamente e acompanhado da nota fiscal correspondente, devidamente preenchida.

#### **SEÇÃO XXXV - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

- a) O início do fornecimento d(s) objeto(s) licitado(s) se dará após a entrega da nota de empenho, bem como da Autorização de fornecimento à contratada;
- b) O prazo para entrega do objeto da licitação, é de **07 (sete) dias úteis** a contar da data do recebimento da nota de empenho e da Autorização de Fornecimento que será emitida via e-mail, com numeração específica para registro do envio e acompanhamento de prazo de entrega.
- c) O(s) objeto(s) licitado(s) deverão ser entregues no horário das 08h00min às 13h30min, no endereço constante na autorização de fornecimento encaminhado pela Secretaria demandante.
- d) O(s) objeto(s) licitado(s) deverão ter no ato da entrega, os prazos mínimos estabelecidos no termo de referência.
- e) O(s) objeto(s) licitado(s) recusados pelo contratante deverá(ão) ser substituído(s), automaticamente no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados da data da notificação, correndo por conta do fornecedor as despesas de devolução dos produtos recusados
- f) Não serão admitidos, para efeito de recebimento, materiais que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações prescritas no Termo de Referência;
- g) O recebimento será confiado ao Fiscal do Contrato,
- h) Todos os produtos deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, que poderá ser acompanhada da Relação de Itens ou de outro documento emitido pela Secretaria solicitante;
- i) **O recebimento se dará em observância com o artigo 140 inciso II da Lei 14.133/2021, e ainda:**
  - a. PROVISORIAMENTE, pelo provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
  - b. A CONTRATANTE terá o prazo máximo de até **03 (três) dias úteis**, podendo ser prorrogado por uma vez e por igual período, contados da data de recebimento, para verificar se os produtos fornecidos e a NF/Fatura estão em consonância com o Edital e com seus anexos.

- c. DEFINITIVAMENTE, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.;
- j) Após o recebimento provisório o Fiscal de Contrato atestará a Nota Fiscal se constatado que os materiais atendem ao edital;
- k) Caso os objetos se encontrem desconforme ao exigido no Edital, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para substituí-los no prazo de até **03(três) dias úteis** contados da notificação;
- l) Neste caso, o recebimento do(s) material(is) escoimado(s) dos vícios que deram causa a sua troca será considerado recebimento provisório, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo, estando a CONTRATADA passível de penalidade(s) pelo descumprimento das condições editalícias;
- m) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;
- n) O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;
- o) Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado;
- p) m se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto;
- q) Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

**185. A CONTRATANTE recusará os materiais nas seguintes hipóteses QUANDO:**

185.1 houver qualquer situação em desacordo entre os materiais fornecidos e o Edital do Pregão e de seus Anexos ou a Nota de Empenho;

185.2 a Nota Fiscal/Fatura estiver com a especificação do objeto e quantidades em desacordo com o discriminado no Edital, seus anexos e na proposta adjudicada;

185.3 a Nota Fiscal deixar de conter os nomes dos materiais, assim como: ITEM, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO e MARCA;

185.4 os produtos apresentarem vícios de qualidade, funcionamento ou serem impróprios para o uso, ou ainda possuírem defeitos de fabricação;

**SEÇÃO XXXVI – DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO**

186.O contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

187.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **SEÇÃO XXXVII – DA GARANTIA DO PRODUTO**

188.Os materiais devem ter a **garantia/validade mínima de 12 (doze) meses** contados do atesto da nota fiscal;

188.1 A CONTRATADA fica obrigada a manter a garantia/validade dos produtos exigida no Edital e seus anexos, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigado a reparar os prejuízos que causar a Secretaria Municipal de Assistência Serviços Públicos de Igrapiúna-BA ou a terceiros decorrentes destes eventos (garantia/validade);

188.2 Durante o período de garantia dos produtos, a CONTRATADA deverá arcar com os custos concernentes a consertos e substituições em decorrência de defeitos de fabricação, transporte, avarias, embalagem ou armazenamento e outros, os quais devem ser realizados no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis** contados da notificação da Secretaria Municipal de Saúde de Igrapiúna-Ba.

189.Durante o prazo de garantia, o contratado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.

#### **SEÇÃO XXXVIII - DO PAGAMENTO**

190.O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

190.1 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

191.O pagamento será precedido de consulta da regularidade fiscal, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.

191.1 Na hipótese de irregularidade na condição fiscal, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos e rescisão do contrato.

192.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

193.A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

194.O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

195.É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

196.Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu

vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

### **SEÇÃO XXXIX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

197. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133-2021, o licitante/adjudicatário que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

198. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

199. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

- a. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - i. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - ii. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

- iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;
- b. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- c. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- d. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- e. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021
- f. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

200.O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de 0,03% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- c) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

201.A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,03% sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (vinte por cento).
- b) Em caso de inexecução total, multa compensatória de até 10% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

202. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

203.Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará **impedido de licitar e contratar com o Município** e, será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

204. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

205. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

206. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

## **SEÇÃO XL - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

207. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- a. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d. O atraso injustificado no início do fornecimento;
- e. A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f. A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;
- g. A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração, e autorização expressa no Edital ou contrato;
- h. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- i. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- j. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- k. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- l. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

m. Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

n. A supressão, por parte da Administração, das compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 129 da Lei nº 14.133/2021- Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados;

p. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do **caput** do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

r) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais;

q. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 1º ao 7º do artigo 90 da lei 14.133/2021.

s. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

#### **SEÇÃO XLI - DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

208.A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

209.A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

#### **SEÇÃO XLII – DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

210.A Administração, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o procedimento quando eivado de vício insanável.

211.A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

212.A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

213.A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dependam, ou seja, consequência do ato anulado.

214.Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

215.A nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

216.A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

217.Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

### **SEÇÃO XLIII- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

SERÃO APLICADAS AO RESPONSÁVEL PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS ACIMA DESCRITAS AS SEGUINTE SANÇÕES:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- d) **Multa:**

- d.1) moratória de 0,03% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias;
- d.2) *moratória de 0,03% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
- d.3) *O atraso superior ao prazo estabelecido no edital autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 I da Lei n. 14.133, de 2021.*
218. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)
219. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
220. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
221. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
222. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
223. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
224. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - as peculiaridades do caso concreto;
  - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - os danos que dela provierem para o Contratante;
  - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
225. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)
226. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
227. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
228. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **SEÇÃO XIV - DO FORO**

229. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Camamu/BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **SEÇÃO XV - DISPOSIÇÕES FINAIS**

230.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

231.As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura aquisição.

232.É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive fixando prazo para resposta dos licitantes quando lhes for solicitada, planilhas de composições de preços ou qualquer informação ou documento, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da Sessão Pública.

233.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

234.Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Igrapiúna - BA.

## **SEÇÃO XVI - DOS ANEXOS**

235.Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Termo de Referência – Anexo I;
- b) Estudo Técnico Preliminar- Anexo II(Não obrigatório – Acórdão 2.273/2024- TCU);
- c) Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta – Anexo III;
- d) Modelo de Declaração de Enquadramento (Lei Complementar n.º 123/06) – Anexo IV;
- e) Modelo de Procuração /Prática de Atos Concernentes ao Certame – Credenciamento-Anexo V;
- f) Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação Anexo VI;
- g) Modelo de Declaração de Plena Ciência e Concordância às condições editalícias – Anexo VII;
- h) Modelo de Declaração de Inexistência de Menor – Anexo VIII;
- i) Minuta do Contrato- Anexo IX;
- j) Minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo X;
- j) Modelo de Proposta de Preços – Anexo XI.
- l) Modelo de Recebimento Provisório- Anexo XII
- l) Modelo de Recebimento Definitivo- Anexo XIII

Igrapiúna- BA, 14 de novembro de 2025

Érica Azevedo de Matos  
**Secretária Municipal de Saúde**

**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7285/2025**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

Selecao de proposta apta a gerar o resultado de contratacao mais vantajosa para fornecimento fracionado de medicamentos básicos: hipertensão e diabetes, saúde mental, contraceptivos e testes de gravidez, para atendimento às necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutico do Fundo Municipal de Saúde, deste município de Igrapiuna-Ba, deste município de Igrapiuna-Ba, através do Sistema de Registro de Preços.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

Consagrado no art. 196 da Constituição federal de 1988, o direito à saúde é um direito fundamental e essencial, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visam a redução dos riscos de doença dentre outros agravos, ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde de promoção, proteção, tratamento e recuperação.

Art. 197 São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público, dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

A contratação de empresa especializada no fornecimento fracionado de medicamentos básicos: hipertensão e diabetes, saúde mental, os contraceptivos e os testes de gravidez, para atendimento às necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutico do Fundo Municipal de Saúde, deste município de Igrapiuna-Ba, tendo como fundamento a crescente demanda dos Usuários do Sistema Único de Saúde que necessitam de acesso rápido e eficiente a medicamentos essenciais e para o tratamento de diversas patologias bem como estratégias de prevenção e testagem mediante a **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), Portaria GM/MS Nº 7.628, DE 17 DE julho DE 2025 - Autoriza o repasse de recursos aos Estados, Municípios e Distrito Federal, em parcela única, destinados à realização de Teste Rápido de Gravidez e a PORTARIA SCTIE/MS Nº 40, DE 26 DE ABRIL DE 2022 - torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, os contraceptivos injetáveis de aplicação mensal.**

Ainda assim, a manutenção de um estoque adequado desses medicamentos é fundamental para garantir a continuidade das ações da assistência farmacêutica e a qualidade de vida dos pacientes.

Por tanto, a estratégia da Assistência Farmacêutica no município de Igrapiúna promove a melhoria da efetividade das ações de saúde gerenciadas em cada unidade, devendo sua disponibilização ser garantida por meio de uma política estratégica de distribuição de medicamentos que assegure o acesso desta população a este insumo, oferecendo disponibilidade, segurança, eficácia, qualidade e o menor custo possível. Os medicamentos básicos: hipertensão e diabetes, saúde mental, os contraceptivos e os testes de gravidez atendem diretamente a Atenção Primária do município e outras unidades que necessitam de fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica.

Por fim, à Atenção Primária a Saúde possui uma latente demanda de medicamentos básicos: hipertensão e diabetes, saúde mental, os contraceptivos e os testes de gravidez que são distribuídos com prescrição médica e de forma gratuita a todos os pacientes das respectivas Unidades de Saúde da família, proporcionando intervenção farmacológica para várias comorbidades nas quais os usuários estão acometidos, bem como qualificação do atendimento aos usuários da rede pública, possibilitando condições adequadas para assistência integral aos pacientes que utilizam os serviços de saúde municipal.



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

**3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

| LOTE I - MEDICAMENTOS FARMACIA BASICA |  |                    |        |                         |               |
|---------------------------------------|--|--------------------|--------|-------------------------|---------------|
| ITEM                                  | DESCRIÇÃO  | FORMA FARMACÊUTICA | QTD.   | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | VALOR TOTAL   |
| 1                                     | ACICLOVIR 200 MG COMPRIMIDO  | COMP               | 10.000 | R\$ 0,19                | R\$ 1.900,00  |
| 2                                     | ACICLOVIR 50 MG/G (5%) CREME 10G   | BISNAGA            | 300    | R\$ 3,11                | R\$ 933,00    |
| 3                                     | ÁCIDO FÓLICO 5 MG COMPRIMIDO   | COMP               | 20.000 | R\$ 0,05                | R\$ 1.000,00  |
| 4                                     | ÁCIDO FÓLICO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30ML   | FR                 | 200    | R\$ 4,90                | R\$ 980,00    |
| 5                                     | ÁCIDO FOLÍNICO 15 MG COMPRIMIDO  | COMP               | 300    | R\$ 2,38                | R\$ 714,00    |
| 6                                     | ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 10ML  | FR                 | 1.000  | R\$ 2,92                | R\$ 2.920,00  |
| 7                                     | ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL  | COMP               | 3.000  | R\$ 0,57                | R\$ 1.710,00  |
| 8                                     | ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG COMPRIMIDO  | COMP               | 1.000  | R\$ 0,41                | R\$ 410,00    |
| 9                                     | AMBROXOL SOLUÇÃO ORAL 15 MG/ML 120ML   | FR                 | 1.000  | R\$ 3,05                | R\$ 3.050,00  |
| 10                                    | AMBROXOL SOLUÇÃO ORAL 30 MG/ML 120ML   | FR                 | 1.000  | R\$ 3,35                | R\$ 3.350,00  |
| 11                                    | AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 MG/ML + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO ORAL               | FR                 | 300    | R\$ 25,40               | R\$ 7.620,00  |
| 12                                    | AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG COMPRIMIDO                         | CAPSULA            | 3.000  | R\$ 2,89                | R\$ 8.670,00  |
| 13                                    | AMOXICILINA 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 150ML   | FR                 | 2.000  | R\$ 17,40               | R\$ 34.800,00 |
| 14                                    | AMOXICILINA 500 MG CÁPSULA/COMPR   | CAPSULA            | 50.000 | R\$ 0,30                | R\$ 15.000,00 |
| 15                                    | AZITROMICINA 40 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 15ML  | FR                 | 3.000  | R\$ 7,12                | R\$ 21.360,00 |
| 16                                    | AZITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO   | COMP               | 20.000 | R\$ 0,86                | R\$ 17.200,00 |
| 17                                    | BECLOMETASONA DIPROPIONATO 250 MICROGRAMAS/DOSE PÓ PARA INALAÇÃO ORAL CAIXA              | FR                 | 30     | R\$ 51,99               | R\$ 1.559,70  |
| 18                                    | BECLOMETASONA DIPROPIONATO 400 MICROGRAMAS/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL CAIXA         | FR                 | 30     | R\$ 67,92               | R\$ 2.037,60  |
| 19                                    | BECLOMETASONA DIPROPIONATO 50 MICROGRAMAS/DOSE CÁPSULA PARA INALAÇÃO ORAL CAIXA          | FR                 | 30     | R\$ 41,20               | R\$ 1.236,00  |
| 20                                    | BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UNIDADES INTERNACIONAIS PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL | AMPOLA             | 2.500  | R\$ 8,40                | R\$ 21.000,00 |
| 21                                    | BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UNIDADES INTERNACIONAIS PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL   | AMPOLA             | 500    | R\$ 8,72                | R\$ 4.360,00  |
| 22                                    | BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UNIDADES INTERNACIONAIS PÓ PARA                     | AMPOLA             | 100    | R\$ 10,10               | R\$ 1.010,00  |



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

|    | SOLUÇÃO INJETÁVEL  |         |         |              |               |
|----|--|---------|---------|--------------|---------------|
| 23 | BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML<br>SUSPENSÃO ORAL 120ML   | FR      | 200     | R\$<br>8,90  | R\$ 1.780,00  |
| 24 | BROMETO DE IPRATRÓPIO 20<br>MICROGRAMAS/DOSE SOLUÇÃO<br>PARA INALAÇÃO ORAL   | FR      | 50      | R\$<br>2,44  | R\$ 122,00    |
| 25 | BUDESONIDA 32<br>MICROGRAMASSUSPENSÃO PARA<br>INALAÇÃO NASAL CAIXA   | FR      | 30      | R\$<br>15,90 | R\$ 477,00    |
| 26 | BUDESONIDA 50<br>MICROGRAMASSUSPENSÃO PARA<br>INALAÇÃO NASAL CAIXA   | FR      | 30      | R\$<br>26,99 | R\$ 809,70    |
| 27 | BUDESONIDA 64<br>MICROGRAMASSUSPENSÃO PARA<br>INALAÇÃO NASAL   | FR      | 30      | R\$<br>31,80 | R\$ 954,00    |
| 28 | CARBONATO DE CÁLCIO +<br>COLECALCIFEROL 1.500 MG (600<br>MG DE CÁLCIO) + 400 UNIDADES<br>INTERNACIONAIS COMPRIMIDO | COMP    | 3.000   | R\$<br>0,14  | R\$ 420,00    |
| 29 | CARBONATO DE CÁLCIO 500MG  | COMP    | 5.000   | R\$<br>0,12  | R\$ 600,00    |
| 30 | CARVAO VEGETAL ATIVADO 250<br>MG COMPRIMIDOS   | COMP    | 100     | R\$<br>1,85  | R\$ 185,00    |
| 31 | CARVÃO VEGETAL ATIVADO PÓ<br>PARA SUSPENSÃO ORAL   | FR      | 30      | R\$<br>16,97 | R\$ 509,10    |
| 32 | CEFALEXINA 50MG/ML<br>SUSPENSÃO ORAL 100ML   | FR      | 1.000   | R\$<br>10,80 | R\$ 10.800,00 |
| 33 | CEFALEXINA 500 MG<br>CÁPSULA/COMP  | CAPSULA | 20.000  | R\$<br>0,85  | R\$ 17.000,00 |
| 34 | CIPROFLOXACINO 250 MG<br>COMPRIMIDO  | COMP    | 3.000   | R\$<br>0,26  | R\$ 780,00    |
| 35 | CIPROFLOXACINO 500 MG<br>COMPRIMIDO  | COMP    | 10.000  | R\$<br>0,37  | R\$ 3.700,00  |
| 36 | CLORETO DE POTÁSSIO 6%<br>XAROPE 30ML  | FR      | 100     | R\$<br>2,81  | R\$ 281,00    |
| 37 | DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR<br>100ML   | FR      | 500     | R\$<br>2,84  | R\$ 1.420,00  |
| 38 | DEXAMETASONA 1 MG/G<br>(0,1%) POMADA OFTÁLMICA 3,5G  | FR      | 20      | R\$<br>29,90 | R\$ 598,00    |
| 39 | DEXAMETASONA 1 MG/ML<br>(0,1%) SUSPENSÃO OFTÁLMICA<br>5ML  | FR      | 20      | R\$<br>8,88  | R\$ 177,60    |
| 40 | DEXAMETASONA 4 MG<br>COMPRIMIDO  | COMP    | 500     | R\$<br>0,24  | R\$ 120,00    |
| 41 | DEXAMETASONA 1 MG/G<br>(0,1%) CREME 10G  | BISNAGA | 1.500   | R\$<br>2,99  | R\$ 4.485,00  |
| 42 | DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML<br>SOLUÇÃO/XAROPE 100ML  | FR      | 1.000   | R\$<br>2,88  | R\$ 2.880,00  |
| 43 | DEXCLORFENIRAMINA 2 MG<br>COMPRIMIDO   | COMP    | 12.000  | R\$<br>0,07  | R\$ 840,00    |
| 44 | DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 25 +<br>5MG/ML 20ML   | FR      | 100     | R\$<br>5,60  | R\$ 560,00    |
| 45 | DIMETICONA 75MG/ML 10ML  | FR      | 200     | R\$<br>1,95  | R\$ 390,00    |
| 46 | DIPIRONA 500 MG COMPRIMIDO   | COMP    | 100.000 | R\$<br>0,17  | R\$ 17.000,00 |
| 47 | DIPIRONA 500 MG/ML GOTAS   | FR      | 1.000   | R\$<br>1,65  | R\$ 1.650,00  |
| 48 | ERITROMICINA 25 MG/ML<br>SUSPENSÃO ORAL 60ML   | FR      | 50      | R\$<br>6,70  | R\$ 335,00    |
| 49 | ERITROMICINA 500 MG<br>COMPRIMIDO  | COMP    | 100     | R\$<br>1,59  | R\$ 159,00    |



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

|    |  |         |        |              |               |
|----|--|---------|--------|--------------|---------------|
| 50 | ERITROMICINA 50MG/ML<br>SUSPENSÃO ORAL 60ML              | FR      | 20     | R\$<br>6,72  | R\$ 134,40    |
| 51 | ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL<br>50G                      | BISNAGA | 20     | R\$<br>14,96 | R\$ 299,20    |
| 52 | ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,3<br>MG COMPRIMIDO              | COMP    | 100    | R\$<br>1,40  | R\$ 140,00    |
| 53 | ESTROGÊNIOS CONJUGADOS<br>0,625 MG/G CREME VAGINAL 26G   | BISNAGA | 10     | R\$<br>35,90 | R\$ 359,00    |
| 54 | FENOTEROL 5mg/ML 20ML                                    | FR      | 100    | R\$<br>5,68  | R\$ 568,00    |
| 55 | FLUCONAZOL 150 MG CÁPSULA                                | CAPSULA | 6.000  | R\$<br>0,59  | R\$ 3.540,00  |
| 56 | FOLINATO DE CÁLCIO 15 MG<br>COMPRIMIDO                   | COMP    | 200    | R\$<br>2,50  | R\$ 500,00    |
| 57 | GENTAMICINA 5 MG/G POMADA<br>OFTÁLMICA 3,5g              | FR      | 10     | R\$<br>13,31 | R\$ 133,10    |
| 58 | GENTAMICINA 5 MG/ML SOLUÇÃO<br>OFTÁLMICA 5ml             | FR      | 10     | R\$<br>24,71 | R\$ 247,10    |
| 59 | GUACO (MIKANIA GLOMERATA<br>SPRENG.) XAROPE 120ml        | FR      | 300    | R\$<br>2,77  | R\$ 831,00    |
| 60 | HIDROXIZINA 2MG/ML SOLUÇÃO<br>120ML                      | FR      | 30     | R\$<br>10,65 | R\$ 319,50    |
| 61 | HIDROXIZINA 25MG COMP                                    | COMP    | 200    | R\$<br>1,07  | R\$ 214,00    |
| 62 | HIDROCORTISONA 10 MG/G<br>(1%) CREME 20G                 | BISNAGA | 50     | R\$<br>10,05 | R\$ 502,50    |
| 63 | HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 230 MG<br>COMPRIMIDO               | COMP    | 300    | R\$<br>0,68  | R\$ 204,00    |
| 64 | HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5<br>MG/ML SUSPENSÃO ORAL 240ML | FR      | 1.000  | R\$<br>9,10  | R\$ 9.100,00  |
| 65 | HIPROMELOSE 3 MG/ML<br>(0,3%) SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10mL     | FR      | 10     | R\$<br>22,40 | R\$ 224,00    |
| 66 | HIPROMELOSE 5 MG/ML<br>(0,5%) SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10ML     | FR      | 10     | R\$<br>18,38 | R\$ 183,80    |
| 67 | IBUPROFENO 200 MG<br>COMPRIMIDO                          | COMP    | 100    | R\$<br>1,68  | R\$ 168,00    |
| 68 | IBUPROFENO 300 MG<br>COMPRIMIDO                          | COMP    | 300    | R\$<br>0,36  | R\$ 108,00    |
| 69 | IBUPROFENO 50 MG/ML GOTAS<br>30ML                        | FR      | 1.000  | R\$<br>3,20  | R\$ 3.200,00  |
| 70 | IBUPROFENO 600 MG<br>COMPRIMIDO                          | COMP    | 50.000 | R\$<br>0,36  | R\$ 18.000,00 |
| 71 | ITRACONAZOL 100MG  | COMP    | 500    | R\$<br>0,96  | R\$ 480,00    |
| 72 | IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO                              | COMP    | 2.000  | R\$<br>0,49  | R\$ 980,00    |
| 73 | LACTULOSE 667 MG/ML XAROPE<br>120ML                      | FR      | 200    | R\$<br>6,20  | R\$ 1.240,00  |
| 74 | LANONINA ANIDRA PURA 30G                                 | BISNAGA | 5      | R\$<br>46,00 | R\$ 230,00    |
| 75 | LEVODOPA + BENSERAZIDA 100<br>MG + 25 MG                 | COMP    | 6.000  | R\$<br>1,44  | R\$ 8.640,00  |
| 76 | LEVODOPA + BENSERAZIDA 200<br>MG + 50 MG                 | COMP    | 6.000  | R\$<br>2,56  | R\$ 15.360,00 |
| 77 | LEVODOPA + CARBIDOPA 200 MG +<br>50 MG                   | COMP    | 6.000  | R\$<br>2,95  | R\$ 17.700,00 |
| 78 | LEVODOPA + CARBIDOPA 250 MG +<br>25 MG                   | COMP    | 6.000  | R\$<br>1,19  | R\$ 7.140,00  |
| 79 | LEVOTIROXINA SÓDICA 100<br>MICROGRAMAS COMPRIMIDO        | COMP    | 3.000  | R\$<br>0,40  | R\$ 1.200,00  |
| 80 | LEVOTIROXINA SÓDICA 12,5<br>MICROGRAMAS COMPRIMIDO       | COMP    | 3.000  | R\$<br>0,26  | R\$ 780,00    |



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

|     |  |         |        |           |               |
|-----|--|---------|--------|-----------|---------------|
| 81  | LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MICROGRAMAS COMPRIMIDO                    | COMP    | 3.000  | R\$ 0,31  | R\$ 930,00    |
| 82  | LEVOTIROXINA SÓDICA 37,5 MICROGRAMAS COMPRIMIDO                  | COMP    | 3.000  | R\$ 0,35  | R\$ 1.050,00  |
| 83  | LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MICROGRAMAS COMPRIMIDO                    | COMP    | 3.000  | R\$ 0,38  | R\$ 1.140,00  |
| 84  | LORATADINA 10 MG COMPRIMIDO                                      | COMP    | 25.000 | R\$ 0,12  | R\$ 3.000,00  |
| 85  | LORATADINA 1 MG/MLXAROPE   | FR      | 2.000  | R\$ 3,45  | R\$ 6.900,00  |
| 86  | METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO DE, 10 MG COMPRIMIDO                  | COMP    | 3.000  | R\$ 0,16  | R\$ 480,00    |
| 87  | METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO DE, 4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10ML         | FR      | 300    | R\$ 2,15  | R\$ 645,00    |
| 88  | METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO                                   | COMP    | 500    | R\$ 0,46  | R\$ 230,00    |
| 89  | METRONIDAZOL 100 MG/G (10%) GEL VAGINAL 50G                      | BISNAGA | 3.000  | R\$ 19,15 | R\$ 57.450,00 |
| 90  | METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO                                   | COMP    | 5.000  | R\$ 0,27  | R\$ 1.350,00  |
| 91  | MICONAZOL 2% (20 MG/G) CREME DERMATOLOGICO 28G                   | BISNAGA | 100    | R\$ 5,00  | R\$ 500,00    |
| 92  | MICONAZOL CREME VAGINAL 2% 2G                                    | BISNAGA | 5.000  | R\$ 8,82  | R\$ 44.100,00 |
| 93  | MICONAZOL 2% (20 MG/G) LOÇÃO 30ML                                | FR      | 100    | R\$ 5,28  | R\$ 528,00    |
| 94  | MINOXIDIL 10MG   | COMP    | 100    | R\$ 1,33  | R\$ 133,00    |
| 95  | NISTATINA 100.000 UNIDADES INTERNACIONAIS/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML | FR      | 100    | R\$ 5,45  | R\$ 545,00    |
| 96  | NISTATINA 25.000 UI/G CREME VAGINAL 60G                          | BISNAGA | 5.000  | R\$ 12,10 | R\$ 60.500,00 |
| 97  | NITRATO DE PRATA A 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 1 ML                     | FR      | 10     | R\$ 36,49 | R\$ 364,90    |
| 98  | ÓLEO MINERAL ÓLEO PARA USO ORAL 15ML                             | FR      | 100    | R\$ 3,45  | R\$ 345,00    |
| 99  | OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA  | CAPSULA | 60.000 | R\$ 0,08  | R\$ 4.800,00  |
| 100 | ONDANSETRONA, CLORIDRATO DE, 4 MG COMPRIMIDO                     | COMP    | 7.000  | R\$ 1,12  | R\$ 7.840,00  |
| 101 | PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 15ML                          | FR      | 10.000 | R\$ 6,04  | R\$ 60.400,00 |
| 102 | PARACETAMOL 500 MG COMPRIMIDO                                    | COMP    | 60.000 | R\$ 0,16  | R\$ 9.600,00  |
| 103 | PERMETRINA 5% LOÇÃO 10MG   | FR      | 200    | R\$ 3,96  | R\$ 792,00    |
| 104 | PERMETRINA 1%  | FR      | 100    | R\$ 2,70  | R\$ 270,00    |
| 105 | PASTA D'AGUA   | FR      | 200    | R\$ 6,65  | R\$ 1.330,00  |
| 106 | PERÓXIDO DE BENZOILA 5%  | FR      | 200    | R\$ 16,50 | R\$ 3.300,00  |
| 107 | PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG (FN) PÓ                          | FR      | 10     | R\$ 27,19 | R\$ 271,90    |
| 108 | PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG COMPRIMIDO PARA USO TÓPICO       | COMP    | 200    | R\$ 0,42  | R\$ 84,00     |
| 109 | PICOSSULFATO DE SÓDIO 7,5 MG SOL ORAL FR 30ML                    | FR      | 10     | R\$ 23,38 | R\$ 233,80    |
| 110 | PILOCARPINA 20 MG/ML (2%) SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10ML                 | FR      | 10     | R\$ 30,00 | R\$ 300,00    |



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

|  |  |       |        |              |                       |
|--|--|-------|--------|--------------|-----------------------|
| 111  | PIRIMETAMINA 25MG  | COMP  | 500    | R\$<br>0,14  | R\$ 70,00             |
| 112  | PREDNISOLONA 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL 60ML  | FR    | 500    | R\$<br>4,51  | R\$ 2.255,00          |
| 113  | PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO  | COMP  | 10.000 | R\$<br>0,24  | R\$ 2.400,00          |
| 114  | PREDNISONA5 MG COMPRIMIDO  | COMP  | 3.000  | R\$<br>0,14  | R\$ 420,00            |
| 115  | SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORALCLORETO DE SÓDIO, GLICOSE ANIDRA, CLORETO DE POTÁSSIO, CITRATO DE SÓDIO DIIDRATADOPÓ PARA SOLUÇÃO ORAL   | SACHÊ | 3.000  | R\$<br>1,32  | R\$ 3.960,00          |
| 116  | SALBUTAMOL 100 MICROGRAMAS/DOSE AEROSSOL ORAL 200 DOSES  | FR    | 1.000  | R\$<br>15,38 | R\$ 15.380,00         |
| 117  | SALBUTAMOL 0,4MG/ML SOLUÇÃO 120ML  | FR    | 150    | R\$<br>2,24  | R\$ 336,00            |
| 118  | SAXAGLIPTINA E DAPAGLIFLOZINA 5\10 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA   | COMP  | 800    | R\$<br>8,42  | R\$ 6.736,00          |
| 119  | SINVASTATINA 20 MG COMPRIMIDO  | COMP  | 60.000 | R\$<br>0,12  | R\$ 7.200,00          |
| 120  | SINVASTATINA 40 MG COMPRIMIDO  | COMP  | 10.000 | R\$<br>0,21  | R\$ 2.100,00          |
| 121  | SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 40 MG/ML + 8 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100ML  | FR    | 200    | R\$<br>4,10  | R\$ 820,00            |
| 122  | SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 + 80MG COMP  | FR    | 6.000  | R\$<br>0,19  | R\$ 1.140,00          |
| 123  | SULFATO DE POLIMIXINA B + SULFATO DE NEOMICINA + FLUOCINOLONA ACETONIDA + CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA10.000 UI/ML + 3,500 MG/ML + 0,250 MG/ML + 20 MG/MLSOLUÇÃO OTOLÓGICA 10ML | FR    | 10     | R\$<br>5,99  | R\$ 59,90             |
| 124  | SULFATO FERROSO 40 MG (FERRO ELEMENTAR) COMPRIMIDO   | COMP  | 50.000 | R\$<br>0,10  | R\$ 5.000,00          |
| 125  | SULFATO FERROSO GOTAS 30ML   | FR    | 300    | R\$<br>1,47  | R\$ 441,00            |
| 126  | TETRACICLINA 10 MG/G (1%)POMADA OFTÁLMICA 3,5G   | FR    | 10     | R\$<br>22,00 | R\$ 220,00            |
| 127  | TIAMINA, CLORIDRATO DE, 300 MG COMPRIMIDO  | COMP  | 3.000  | R\$<br>0,26  | R\$ 780,00            |
| 128  | TIMOLOL 2,5 MG/ML (0,25%)SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML   | FR    | 10     | R\$<br>9,20  | R\$ 92,00             |
| 129  | TIMOLOL 5 MG/ML (0,5%)SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML  | FR    | 10     | R\$<br>5,30  | R\$ 53,00             |
| 130  | VARFARINA SÓDICA 1 MG COMPRIMIDO   | COMP  | 360    | R\$<br>0,25  | R\$ 90,00             |
| 131  | VARFARINA SÓDICA 5 MG COMPRIMIDO   | COMP  | 500    | R\$<br>0,39  | R\$ 195,00            |
| 132  | VERAPAMIL 120MG  | COMP  | 20     | R\$<br>1,08  | R\$ 21,60             |
| 133  | ONDANSETRONA, CLORIDRATO DE, 4 MG COMPRIMIDO   | COMP  | 3.000  | R\$<br>1,29  | R\$ 3.870,00          |
| <b>VALOR TOTAL</b>                                   |  |       |        |              | <b>R\$ 637.630,40</b> |
| <b>LOTE II - MEDICAMENTOS HIPERTENSÃO E DIABETES</b> |  |       |        |              |                       |



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

| ITEM | DESCRIÇÃO   | FORMA FARMACÊUTICA | QTD.    | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | VALOR TOTAL   |
|------|---|--------------------|---------|-------------------------|---------------|
| 1    | ACETAZOLAMIDA 250 MG COMPRIMIDO                     | COMP               | 600     | R\$ 0,65                | R\$ 390,00    |
| 2    | ACIDO ACETILSALICILICO 100MG                        | COMP               | 40.000  | R\$ 0,33                | R\$ 13.200,00 |
| 3    | ACIDO ACETILSALICILICO 500MG                        | COMP               | 1.000   | R\$ 0,36                | R\$ 360,00    |
| 4    | AMIODARONA 200 MG COMPRIMIDO                        | COMP               | 6.000   | R\$ 0,35                | R\$ 2.100,00  |
| 5    | ANLODIPINO 5 MG COMPRIMIDO                          | COMP               | 50.000  | R\$ 0,13                | R\$ 6.500,00  |
| 6    | ANLODIPINO10 MG COMPRIMIDO                          | COMP               | 30.000  | R\$ 0,14                | R\$ 4.200,00  |
| 7    | ATENOLOL 100 MG COMPRIMIDO                          | COMP               | 30.000  | R\$ 0,22                | R\$ 6.600,00  |
| 8    | ATENOLOL 25 MG COMPRIMIDO                           | COMP               | 60.000  | R\$ 0,09                | R\$ 5.400,00  |
| 9    | ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO                           | COMP               | 60.000  | R\$ 0,13                | R\$ 7.800,00  |
| 10   | CAPTOPRIL25 MG COMPRIMIDO                           | COMP               | 12.000  | R\$ 0,06                | R\$ 720,00    |
| 11   | CARVEDILOL 12,5 MG COMPRIMIDO                       | COMP               | 10.000  | R\$ 0,23                | R\$ 2.300,00  |
| 12   | CARVEDILOL 25 MG COMPRIMIDO                         | COMP               | 10.000  | R\$ 0,24                | R\$ 2.400,00  |
| 13   | CARVEDILOL 3,125 MG COMPRIMIDO                      | COMP               | 10.000  | R\$ 0,20                | R\$ 2.000,00  |
| 14   | CARVEDILOL 6,25 MG COMPRIMIDO                       | COMP               | 10.000  | R\$ 0,20                | R\$ 2.000,00  |
| 15   | CLONIDINA 0,100 MG                                  | COM                | 2.000   | R\$ 0,31                | R\$ 620,00    |
| 16   | CLONIDINA 0,150 MG                                  | COM                | 2.000   | R\$ 0,37                | R\$ 740,00    |
| 17   | CLONIDINA 0,200 MG                                  | COM                | 1.500   | R\$ 0,43                | R\$ 645,00    |
| 18   | CLOPIDOGREL 75MG                                    | COM                | 5.000   | R\$ 0,50                | R\$ 2.500,00  |
| 19   | DIGOXINA 0,05 MG/ML ELIXIR 60 ML                    | FR                 | 10      | R\$ 16,88               | R\$ 168,80    |
| 20   | DIGOXINA0,25 MG COMPRIMIDO                          | COMP               | 10.000  | R\$ 0,25                | R\$ 2.500,00  |
| 21   | ENALAPRIL 10 MG COMPRIMIDO                          | COMP               | 30.000  | R\$ 0,09                | R\$ 2.700,00  |
| 22   | ENALAPRIL 20 MG COMPRIMIDO                          | COMP               | 60.000  | R\$ 0,14                | R\$ 8.400,00  |
| 23   | ENALAPRIL 5 MG COMPRIMIDO                           | COMP               | 15.000  | R\$ 0,08                | R\$ 1.200,00  |
| 24   | ESPIRONOLACTONA100 MG COMPRIMIDO                    | COMP               | 1.500   | R\$ 0,94                | R\$ 1.410,00  |
| 25   | ESPIRONOLACTONA 50MG                                | COMP               | 2.000   | R\$ 0,50                | R\$ 1.000,00  |
| 26   | ESPIRONOLACTONA25 MG COMPRIMIDO                     | COMP               | 15.000  | R\$ 0,29                | R\$ 4.350,00  |
| 27   | FUROSEMIDA 40 MG COMPRIMIDO                         | COMP               | 60.000  | R\$ 0,10                | R\$ 6.000,00  |
| 28   | GLIBENCLAMIDA 5 MG COMPRIMIDO                       | COMP               | 60.000  | R\$ 0,06                | R\$ 3.600,00  |
| 29   | GLICLAZIDA 30 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA | COMP               | 100.000 | R\$ 0,14                | R\$ 14.000,00 |
| 30   | GLICLAZIDA 60 MG COMPRIMIDO                         | COMP               | 3.000   | R\$                     | R\$ 1.230,00  |



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

|  | DE LIBERAÇÃO PROLONGADA   |                    |           | 0,41                    |                       |
|--|---|--------------------|-----------|-------------------------|-----------------------|
| 31   | HIDRALAZINA 50 MG COMPRIMIDO  | COMP               | 3.000     | R\$ 0,61                | R\$ 1.830,00          |
| 32   | HIDRALAZINA 25 MG COMPRIMIDO  | COMP               | 5.000     | R\$ 0,46                | R\$ 2.300,00          |
| 33   | HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COMPRIMIDO                                | COMP               | 1.000     | R\$ 0,45                | R\$ 450,00            |
| 34   | HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMPRIMIDO                                  | COMP               | 700.000   | R\$ 0,05                | R\$ 35.000,00         |
| 35   | ISSOSORBIDA 10MG  | COMP               | 1.000     | R\$ 0,25                | R\$ 250,00            |
| 36   | ISSOSORBIDA 20 MG COMPRIMIDO  | COMP               | 500       | R\$ 0,28                | R\$ 140,00            |
| 37   | ISSOSORBIDA 40 MG COMPRIMIDO  | COMP               | 500       | R\$ 0,50                | R\$ 250,00            |
| 38   | ISSOSORBIDA 5 MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL                              | COMP               | 3.000     | R\$ 0,36                | R\$ 1.080,00          |
| 39   | LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG COMPRIMIDO                                | COMP               | 1.400.000 | R\$ 0,06                | R\$ 84.000,00         |
| 40   | METFORMINA, CLORIDRATO DE, 500 MG COMPRIMIDO                        | COMP               | 30.000    | R\$ 0,17                | R\$ 5.100,00          |
| 41   | METFORMINA, CLORIDRATO DE, 850 MG COMPRIMIDO                        | COMP               | 100.000   | R\$ 0,18                | R\$ 18.000,00         |
| 42   | METILDOPA 250 MG COMPRIMIDO   | COMP               | 20.000    | R\$ 0,60                | R\$ 12.000,00         |
| 43   | METOPROLOL, SUCCINATO DE, 100 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA | COMP               | 1.000     | R\$ 1,83                | R\$ 1.830,00          |
| 44   | METOPROLOL, TARTARATO DE, 100 MG COMPRIMIDO                         | COMP               | 1.000     | R\$ 0,98                | R\$ 980,00            |
| 45   | METOPROLOL 25 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA                 | COMP               | 3.000     | R\$ 0,68                | R\$ 2.040,00          |
| 46   | METOPROLOL 50 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA                 | COMP               | 3.000     | R\$ 0,75                | R\$ 2.250,00          |
| 47   | NIFEDIPINO 10MG   | COMP               | 500       | R\$ 0,14                | R\$ 70,00             |
| 48   | NIFEDIPINO 20MG   | COMP               | 1.000     | R\$ 0,16                | R\$ 160,00            |
| 49   | PROPAFENONA 150 MG COMPRIMIDO                                       | COMP               | 300       | R\$ 0,91                | R\$ 273,00            |
| 50   | PROPAFENONA 300 MG COMPRIMIDO                                       | COMP               | 300       | R\$ 0,98                | R\$ 294,00            |
| 51   | PROPRANOLOL 10 MG COMPRIMIDO  | COMP               | 500       | R\$ 0,23                | R\$ 115,00            |
| 52   | PROPRANOLOL 40 MG COMPRIMIDO  | COMP               | 30.000    | R\$ 0,10                | R\$ 3.000,00          |
| 53   | RIVAROXABANA 10MG COMPRIMIDO  | COMP               | 1.500     | R\$ 0,59                | R\$ 885,00            |
| 54   | RIVAROXABANA 15MG COMPRIMIDO  | COMP               | 1.500     | R\$ 0,59                | R\$ 885,00            |
| 55   | RIVAROXABANA 2,5MG COMPRIMIDO                                       | COMP               | 1.000     | R\$ 2,60                | R\$ 2.600,00          |
| 56   | RIVAROXABANA 20MG COMPRIMIDO  | COMP               | 1.500     | R\$ 0,90                | R\$ 1.350,00          |
| <b>VALOR TOTAL</b>                             |   |                    |           |                         | <b>R\$ 284.165,80</b> |
| <b>LOTE III - MEDICAMENTOS DE SAÚDE MENTAL</b> |   |                    |           |                         |                       |
| ITEM   | DESCRIÇÃO   | FORMA FARMACÊUTICA | QTD.      | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | VALOR TOTAL           |



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

|    |  |      |        |           |               |
|----|--|------|--------|-----------|---------------|
| 1  | ÁCIDO VALPROICO OU VALPROATO DE SÓDIO 500 MG < REGISTRO ANVISA : 109740046 > - APRESENTAÇÃO: FR C/ 20 CPR            | COMP | 30.000 | R\$ 0,84  | R\$ 25.200,00 |
| 2  | ÁCIDO VALPROICO (VALPROATO DE SÓDIO) 250 MG  | COMP | 3.000  | R\$ 0,53  | R\$ 1.590,00  |
| 3  | ÁCIDO VALPROICO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL / XAROPE 100ML < REGISTRO ANVISA : 1134301420048 >                             | FR   | 3.000  | R\$ 7,41  | R\$ 22.230,00 |
| 4  | ÁCIDO VALPROICO OU VALPROATO DE SÓDIO 250 MG < REGISTRO ANVISA : 1565100280015 > - APRESENTAÇÃO: FR C/ 20 CPR        | COMP | 3.000  | R\$ 0,48  | R\$ 1.440,00  |
| 5  | AMITRIPTILINA 25 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1558400670029 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 20 CPR                     | COMP | 50.000 | R\$ 0,09  | R\$ 4.500,00  |
| 6  | AMITRIPTILINA 75 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1023508850023 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 15 CPR                     | COMP | 1.500  | R\$ 0,26  | R\$ 390,00    |
| 7  | BIPERIDENO 2 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1029800960045 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPR                         | COMP | 60.000 | R\$ 0,47  | R\$ 28.200,00 |
| 8  | BIPERIDENO 4 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA < REGISTRO ANVISA : 1562600270057 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 15 CPR | COMP | 1.000  | R\$ 0,66  | R\$ 660,00    |
| 9  | BUPROPIONA 150MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1356907300057 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPR                        | COMP | 10.000 | R\$ 0,71  | R\$ 7.100,00  |
| 10 | CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100ML < REGISTRO ANVISA : 113430203 >  | FR   | 2.000  | R\$ 10,00 | R\$ 20.000,00 |
| 11 | CARBAMAZEPINA 200 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1049701720067 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 20 CPR                    | COMP | 50.000 | R\$ 0,36  | R\$ 18.000,00 |
| 12 | CARBAMAZEPINA 400 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1029800440084 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPR                    | COMP | 1.500  | R\$ 0,79  | R\$ 1.185,00  |
| 13 | CARBONATO DE LÍCIO 300MG   | COMP | 15.000 | R\$ 0,46  | R\$ 6.900,00  |
| 14 | CLOMIPRAMINA 10 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1356906140072 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 20 CPR                      | COMP | 300    | R\$ 0,68  | R\$ 204,00    |
| 15 | CLOMIPRAMINA 25 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1023506730081 > - APRESENTAÇÃO: CX C/ 20 CPR                       | COMP | 5.000  | R\$ 1,09  | R\$ 5.450,00  |
| 16 | CLONAZEPAM 2MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1235201930081 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPR                          | COMP | 20.000 | R\$ 0,06  | R\$ 1.200,00  |
| 17 | CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20ML < REGISTRO ANVISA : 113430166 >   | FR   | 1.500  | R\$ 8,40  | R\$ 12.600,00 |
| 18 | CLORPROMAZINA 100 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 102980226 > - APRESENTAÇÃO:                                      | COMP | 40.000 | R\$ 0,38  | R\$ 15.200,00 |



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**

LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

|    | BLT C/ 20 CPR   |         |        |              |               |
|----|---|---------|--------|--------------|---------------|
| 19 | CLORPROMAZINA25<br>MGCOMPRIMIDO < REGISTRO<br>ANVISA : 1029802260229 > -<br>APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPR         | COMP    | 25.000 | R\$<br>0,37  | R\$ 9.250,00  |
| 20 | DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO <<br>REGISTRO ANVISA : 1018600190119<br>> - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPR               | COMP    | 30.000 | R\$<br>0,07  | R\$ 2.100,00  |
| 21 | DIAZEPAM 5 MG COMPRIMIDO <<br>REGISTRO ANVISA : 1018600190100<br>> - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPR                | COMP    | 10.000 | R\$<br>0,07  | R\$ 700,00    |
| 22 | FENITOÍNA 100 MG COMPRIMIDO <<br>REGISTRO ANVISA : 1134301930011<br>> - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 20 CPR             | COMP    | 15.000 | R\$<br>0,32  | R\$ 4.800,00  |
| 23 | FENITOÍNA 20 MG/ML SUSPENSÃO<br>ORAL 60ML REGISTRO ANVISA :<br>RDC 67-2007                                      | FR      | 100    | R\$<br>26,28 | R\$ 2.628,00  |
| 24 | FENOBARBITAL 100 MG<br>COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA<br>: 102980016 > - APRESENTAÇÃO:<br>BLT C/ 10 CPR           | COMP    | 25.000 | R\$<br>0,20  | R\$ 5.000,00  |
| 25 | FENOBARBITAL 40 MG/ML<br>SOLUÇÃO ORAL 20ML < REGISTRO<br>ANVISA : 1029800160030 >                               | FR      | 400    | R\$<br>4,92  | R\$ 1.968,00  |
| 26 | FLUOXETINA 20 MG CÁPSULA<br>/COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA<br>: 1091701030045 > -<br>APRESENTAÇÃO: BLT C/ 15 CPS | CAPSULA | 70.000 | R\$<br>0,13  | R\$ 9.100,00  |
| 27 | HALOPERIDOL 1 MG COMPRIMIDO<br>< REGISTRO ANVISA :<br>1029800200229 > -<br>APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPR          | COMP    | 10.000 | R\$<br>0,30  | R\$ 3.000,00  |
| 28 | HALOPERIDOL 2 MG/ML SOLUÇÃO<br>ORAL 20ML < REGISTRO ANVISA :<br>1029800200296 >                                 | FR      | 200    | R\$<br>4,97  | R\$ 994,00    |
| 29 | HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO<br>< REGISTRO ANVISA :<br>1029800200253 > -<br>APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPR          | COMP    | 40.000 | R\$<br>0,21  | R\$ 8.400,00  |
| 30 | HALOPERIDOL 50 MG/ML SOLUÇÃO<br>INJETÁVEL DECANOATO <<br>REGISTRO ANVISA : 1049701910095<br>>                   | AMP     | 300    | R\$<br>5,56  | R\$ 1.668,00  |
| 31 | HALOPERIDOL 70,52/ML SOLUÇÃO<br>INJETÁVEL DECANOATO <<br>REGISTRO ANVISA : 1049711330016<br>>                   | AMP     | 1.000  | R\$<br>6,48  | R\$ 6.480,00  |
| 32 | LEVOMEPRIMAZINA 100 MG<br>COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA<br>: 1134301940025 > -<br>APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPR    | COMP    | 30.000 | R\$<br>0,80  | R\$ 24.000,00 |
| 33 | LEVOMEPRIMAZINA 25 MG<br>COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA<br>: 1029800280095 > -<br>APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPR     | COMP    | 35.000 | R\$<br>0,64  | R\$ 22.400,00 |
| 34 | LEVOMEPRIMAZINA 40 MG/ML<br>SOLUÇÃO ORAL 20 ML < REGISTRO<br>ANVISA : 1029800280133 >                           | FR      | 300    | R\$<br>13,05 | R\$ 3.915,00  |
| 35 | NORTRIPTILINA 25 MG CÁPSULA <<br>REGISTRO ANVISA : 123520191 > -<br>APRESENTAÇÃO: BLT C/ 15 CPS                 | CAPSULA | 45.000 | R\$<br>0,47  | R\$ 21.150,00 |
| 36 | NORTRIPTILINA 50 MG CÁPSULA <<br>REGISTRO ANVISA : 123520191 > -  | CAPSULA | 35.000 | R\$<br>0,59  | R\$ 20.650,00 |



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

|   | APRESENTAÇÃO: BLT C/ 15 CPS   |                    |        |                         |                       |
|---|---|--------------------|--------|-------------------------|-----------------------|
| 37  | NORTRIPTILINA 75 MG CÁPSULA < REGISTRO ANVISA : 123520191 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPS   | CAPSULA            | 30.000 | R\$ 1,22                | R\$ 36.600,00         |
| 38  | PROMETAZINA 25 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1029800420083 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 10 CPR                                      | COMP               | 40.000 | R\$ 0,34                | R\$ 13.600,00         |
| 39  | RISPERIDONA 1 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1256802690071 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 15 CPR                                       | COMP               | 25.000 | R\$ 0,18                | R\$ 4.500,00          |
| 40  | RISPERIDONA 2 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1256802690193 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 15 CPR                                       | COMP               | 10.000 | R\$ 0,21                | R\$ 2.100,00          |
| 41  | RISPERIDONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML < REGISTRO ANVISA : 1256802320078 >  | FR                 | 2.000  | R\$ 19,00               | R\$ 38.000,00         |
| 42  | RISPERIDONA 3 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1256802690312 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 15 CPR                                       | COMP               | 30.000 | R\$ 0,25                | R\$ 7.500,00          |
| 43  | SERTRALINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO < REGISTRO ANVISA : 1004307440141 > - APRESENTAÇÃO: BLT C/ 15 CPR                           | COMP               | 35.000 | R\$ 1,07                | R\$ 37.450,00         |
| <b>VALOR TOTAL</b>                        |   |                    |        |                         | <b>R\$ 460.002,00</b> |
| <b>LOTE IV – CONTRACEPTIVOS</b>           |   |                    |        |                         |                       |
| ITEM                                      | ESPECIFICAÇÃO   | FORMA FARMACÊUTICA | QTD    | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | VALOR TOTAL           |
| 1   | ACETOFENIDA ALGESTONA 150MG/ML + ENANTATO DE ESTRADIOL 10MG/ML - SOL. INJETAVEL   | AMP                | 50     | R\$ 10,78               | R\$ 539,00            |
| 2   | LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03 MG - 1 BLÍSTER 21 COMPRIMIDOS  | COMP               | 500    | R\$ 0,28                | R\$ 140,00            |
| 3   | MEDROXIPROGESTERONA ACETATO 150MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁV  | AMP                | 2.000  | R\$ 18,04               | R\$ 36.080,00         |
| 4   | MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 25MG + ESTRADIOL CIPIONATO 5MG, AMPOLA 0,5M  | AMP                | 50     | R\$ 23,50               | R\$ 1.175,00          |
| 5   | NORETISTERONA 50MG + ESTRADIOL 5MG - AMPOLA 67 0 241 200 R  | AMP                | 2.000  | R\$ 13,14               | R\$ 26.280,00         |
|   |   |                    |        |                         | <b>R\$ 64.214,00</b>  |
| <b>LOTE V – TESTES RAPIDO DE GRAVIDEZ</b> |   |                    |        |                         |                       |
| ITEM                                      | ESPECIFICAÇÃO   | UNIDADE MEDIDA     | QTD    | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | VALOR TOTAL           |
| 1   | TESTE RAPIDO DE GRAVIDEZ, CONTENDO: 1 STRIP COM UMA FITA TESTE; 1 FOLHETO DE INSTRUÇÃO DE USO; 1 RECIPIENTE PARA COLETA DE AMOSTRA. | KIT                | 2.500  | R\$ 10,3                | R\$ 25.925,00         |
|   |   |                    |        |                         | <b>R\$ 25.925,00</b>  |

**Observação: As especificações técnicas são as mínimas necessárias, equipamentos com capacidades superiores também serão aceitos.**

3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

3.2. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A Administração, levando em consideração as características do objeto, não julga necessária a apresentação de amostras.

1.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1. 471. 937, 20 (Um milhão quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e trinta e sete reais e vinte centavos)**, conforme custos unitários apostos.

#### **4. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

2.1 Menor preço global por lote.

2.2 O agrupamento dos itens se deu pela afinidade de aquisição junto ao mercado, considerando suas características, desta forma, a formação de grupos aumentará a adesão e os interessados, bem como gerará para o município de Igrapiúna-Ba uma economia de escala.

#### **5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

5.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se disponíveis no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

#### **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO A ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

6.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

#### **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)**

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado da documentação dos sócios

b) Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de regularidade conjunta junto à Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da Lei e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa da Dívida Ativa da União (ou positiva com efeitos de negativa), abrangendo inclusive as contribuições sociais, de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 02/10/2014;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ([www.tst.gov.br/certidao](http://www.tst.gov.br/certidao));

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

g) Os medicamentos deverão ser acondicionados e armazenados conforme as condições específicas recomendadas pelos fabricantes para garantir a sua eficácia e segurança;

h) As propostas deverão conter as especificações dos medicamentos cotados: o nome comercial, o nome do produto farmacêutico de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou Denominação Comum

Internacional (DCI), o nome do Laboratório fabricante de cada medicamento ofertado, composição farmacêutica, peso, volume líquido contido no frasco e quantidade de unidades por embalagem;

i) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

j) Declaração que a empresa não integra em seu corpo social, nem tão pouco no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

### **7.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A) atestado(s) de capacidade técnica compatível(is) em características e quantidades fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(em) estar exercendo ou ter exercido o(s) serviço(s) **com características técnicas similares às do objeto desta contratação.**

B) Comprovação da autorização de funcionamento de empresa, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, publicada no DOU, sendo que não será aceito protocolo de encaminhamento.

C) Autorização especial, quando a licitante – matriz e/ou filial – cotar preço para os materiais sujeitos a controle especial, observadas às normas da Agência Nacional da Vigilância Sanitária – ANVISA e prova da sua vigência mediante publicação no Diário Oficial da União atualizada anualmente, conforme Portaria SVS/MS Nº 344, de 12/05/1998.

D) Licença de Funcionamento/Alvará de Saúde ou equivalente, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da licitante para exercer atividades de comercialização e venda de produtos, válida para o ano em exercício ou conforme dispuser a própria certidão ou a legislação competente.

### **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em

razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

8.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

## **9. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

9.1. O prazo de entrega do objeto desta licitação será de **10 (dez) dias úteis**, a partir do envio da Autorização de Fornecimento (AF), expedida pelo Fundo Municipal de Saúde e encaminhada por meio do e-mail: digefs@igrapiuna.ba.gov.br.

9.2. Os medicamentos serão entregues de forma integral na Avenida Geovane de Almeida Dócio, Centro, Cep: 45.443-000, na Central de Abastecimento Farmacêutico, nos seguintes dias e horários: segunda-feira a quinta-feira das 8h às 12h e 13h às 16h; sexta-feira 8h às 12h.

9.3. Caso não seja possível a entrega na data e horários assinalados, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

9.4. Os medicamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.5. Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo 03(três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6. Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)**

10.1.O licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos da habilitação exigidos no edital, no portal onde acontecerá o certame, a proposta de preços e documentações exigidas, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

10.2.Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará através do Setor de Contratos o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.7.Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada pela comissão.

10.8.É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.9.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**10.13. Habilitação Jurídica:**

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede,acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para

funcionamento no Brasil;

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **10.14. Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

#### **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a) Fornecer os medicamentos nas especificações contidas no edital de licitações e seus anexos;

b) Manter, durante a execução do contrato administrativo, as mesmas condições de habilitação;

c) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto da proposta;

d) Fornecer os medicamentos nos preços, prazos e formas estipulados na proposta;

e) Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos neste Edital;

f) Manter durante a execução do Contrato assinado, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

- g) Somente serão aceitos medicamentos que, por ocasião da data de entrega, apresentarem no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu período de validade vigente a contar da sua data de fabricação e para os medicamentos em que o período de validade total for igual ou inferior a um ano o percentual de aceitabilidade será de 90% (noventa por cento).
- h) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- i) Instruir seus colaboradores quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Hospital Maternidade Luís Eduardo Magalhães.
- j) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas eventualmente surgidos quando da entrega do objeto desta licitação.
- k) Estar ciente que quando houver descumprimento total ou parcial da obrigação Contratada e assumida serão aplicadas as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação pertinente.
- l) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- m) Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- n) Disponibilizar e manter atualizados endereços, telefones e e-mails para fins de comunicação formal entre as partes.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- c) Verificar minuciosamente a conformidade dos objetos recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela licitante, de acordo com o Termo de Referência e os termos de sua proposta;
- e) Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir o objeto desta licitação;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessários à execução dos objetos contratados;
- g) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto e serviços prestados, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- h) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- i) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada;
- j) Encaminhar Ordem de Serviço, para que a contratada possa executar o serviço devidamente; A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda

que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. A secretaria demandante fiscalizará a execução dos serviços a serem prestados pela licitante vencedora através de nomeação de fiscais para este contrato.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**GESTÃO/UNIDADE:** 07.02

**PROJETO ATIVIDADE:** 10.301.0011.2.056 – Gerenciamento das Ações do Bloco de Atenção Básica;

10.302.0011.2.058 – Gerenciamento das Ações da Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

10.303.0011.2.061 – Gerenciamento Das Ações Do Bloco Da Assistência Farmacêutica.

**ELEMENTO DE DESPESA:** 33.90.30.00;

**FONTE DE REURSO:** 1500; 1600; 1601

13.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **14. DA PROPOSTA**

A proposta de preço deverá conter os seguintes documentos:

- a) Proposta de preços com os dados do representante legal da empresa, endereço, CNPJ, telefone, dados bancários, marca, modelo, prazo de validade, prazo de garantia, dados de quem assinará o contrato;
- b) Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

### **15. DO MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS**

15.1 O valor estimado da contratação foi apurado em pesquisas realizadas pelo setor de compras deste município, através do servidor: Rogério Evangelista de Jesus, Matrícula n. 2778-1 por meio do Sistema Banco de Preços adotando-se a MEDIANA de preços, em conformidade com o art.23, § 1º, inciso I da lei 14.133/2021.

### **16. UNIDADE FISCALIZADORA**

16.1. A Fiscalização do cumprimento do Contrato caberá ao servidor(a) especificamente designado para este fim.

### **17. FORO**

17.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Camamu-BA.

Igrapiúna-Ba, em 14 de novembro de 2025.

Erica Azevedo de Matos  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
DECRETO PESSOAL Nº 36/2025

Imário Santos De Jesus  
**DIRETORIA DE GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
DECRETO PESSOAL Nº50/2025



**PREFEITURA DE**  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2025/SRP**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante) para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
6. que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

local, data

Razão Social

CNPJ

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2025/SRP

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR N.º 123/06)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)  
(Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante) para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06 e para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaramos:

( ) que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição **de microempresa** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.**

Ou

( ) que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição **de empresa de pequeno porte** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.**

local, data

Razão Social

CNPJ

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2025/SRP**

**ANEXO V**

**MODELO DE PROCURAÇÃO PARA PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME**

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) .....,  
(nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela .....,  
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente  
à ....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para  
praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar  
preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos  
os demais atos pertinentes ao certame etc).

Local, Data

Razão Social

**CNPJ**

**(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).**



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2025/SRP

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE  
HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), em cumprimento do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e em face do quanto disposto no art. 96 e no art. 87, inciso IV do mesmo diploma, declaramos:

( ) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.

ou

(exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06]

( ) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, ressalvada, na forma do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, a existência de restrição fiscal.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Social  
CNPJ

Razão

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2025/SRP**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENA CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA ÀS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS**

**DECLARAÇÃO DE PLENA CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA ÀS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), declaramos:

( ) a plena ciência e concordância às condições do Edital e seus anexos.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

Razão Social

**CNPJ**

**(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)**



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2025/SRP**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

( ) nem menor de 16 anos.

( ) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local, Data

Razão Social

**CNPJ**

**(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).**



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2025/SRP**

**ANEXO IX**

**MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2025 – TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IGRAPIÚNA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXX E \_\_\_\_\_, PARA FORNECIMENTO DE.....

O **MUNICÍPIO DE IGRAPIÚNA**, pessoa jurídica de direito interno, com sede administrativa na \_\_\_\_\_, através do seu Prefeito **XXXXX**, [inserir nacionalidade, estado civil e profissão], portador do CPF (MF) nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo, nacionalidade, estado civil e profissão], portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) nº \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], com base no Edital do Pregão Eletrônico nº. 32/2025/SRP e todas as disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento, instruído no Processo Administrativo nº XXX/2025, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto a contratação mais vantajosa para XXXXXXXXXXXX a fim de atender as necessidades de diversas secretarias do município de Igrapiúna Bahia.

| ITEM | DESCRIÇÃO | FORMA | MARCA | QUANT | V. UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-----------|-------|-------|-------|-------------|-------------|
| ...  |           |       |       |       |             |             |
| .... |           |       |       |       |             |             |
| ...  |           |       |       |       |             |             |
| ...  |           |       |       |       |             |             |

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

2.1. O valor total deste contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1. A despesa orçamentária decorrente da execução deste contrato correrá à conta das dotações<sup>1</sup> vigentes, especificadas no Contrato decorrente desta licitação, a saber:

**UNIDADE:** Informar no Contrato

<sup>1</sup>A despesa decorrente desta Licitação será atendida com recursos do Município de Igrapiúna, consignadas nas Dotações informadas por oportunidade da Contratação. O Decreto Municipal nº 511/2011 fixa no Art. 6º, § 2º que “na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil

**PROJETO/ATIVIDADE:** Informar no Contrato

**ELEMENTO DE DESPESA:** Informar no Contrato

**FONTE DE RECURSOS:** Informar no Contrato

3.2. A despesa para o exercício subsequente, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento da finalidade, a ser consignada aos Órgãos Interessados da Prefeitura Municipal de Igrapiúna pela Lei Orçamentária Anual.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS DE ENTREGA**

4.1 O prazo para entrega do objeto da licitação, é de **07 (sete) dias úteis** a contar da data do recebimento da Autorização de Fornecimento que será emitida via e-mail, com numeração específica para registro do envio e acompanhamento de prazo de entrega;

4.2. A aquisição será por demanda, mediante apresentação de formulário próprio, emitido por uma das Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal em papel timbrado e assinado por responsável previamente identificado, encaminhado ao CONTRATADO.

4.3. Em caso de urgência justificada, poderá ser autorizado o fornecimento do material mediante contato telefônico pelo responsável identificado pelo CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO**

5.1. O fornecimento deverá ser executado na forma prevista no Termo de Referência da Licitação e de acordo com as necessidades e conveniências do Contratante:

5.1.1. O preço contratado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento do material, incluído frete até os locais de entrega.

5.1.2. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo por isso computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

5.1.13. É vedada a cessão ou transferência total do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

5.1.14. É possível a subcontratação parcial do objeto desde que devidamente autorizada pela Contratada.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DAS PARTES**

7.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. O CONTRATADO deve (art. 92, XIV, XVI e XVII da lei 14.133-2021):

- j) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- k) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- l) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- m) comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- n) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- o) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- q) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- r) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- s) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- t) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- u) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- v) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- w) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- x) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- y) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- z) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- aa) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- bb) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- cc) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- dd) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.4. O CONTRATANTE deve (art. 92, X, XI e XIV da lei 14.133-2021):

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- f) Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j) Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 05(cinco) dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

8.1. O objeto desta licitação será recebido, conforme autoriza o art. 140 da Lei 14.133/2021.

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69 desta Lei;

II - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

8.2. No ato de entrega do objeto, o CONTRATADO deve apresentar recibo ou documento fiscal válido correspondente ao material fornecido.

8.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

#### **CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou por representante do CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

9.2. Durante a vigência deste contrato, o CONTRATADO deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

9.3. A atestação de conformidade da execução do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

9.4. A fiscalização do fornecimento de que trata este ato licitatório será exercido pelo Executor do Contrato, designado pelo Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

10. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas o CONTRATANTE poderá reter 5% (cinco por cento) de cada montante a pagar, para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pelo CONTRATADO, retenção esta que será paga ao CONTRATADO quando do último pagamento devido, deduzida, se for o caso, das multas, indenizações e ressarcimentos.

10.1. A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o §2º do art. 58 da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

11.1. O Pagamento será efetuado mensalmente, até 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao do fornecimento realizado, por meio de ordem bancária (depósito ou transferência eletrônica) na conta corrente do licitante vencedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal e/ou Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Órgão de Competente.

11.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da CONTRATADA.

11.3. A CONTRATADA deve apresentar a nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento realizado, em 02 (duas) vias, emitidas e entregues na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Igrapiúna - BA, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada, das seguintes comprovações de regularidade trabalhista e fiscal para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal e perante o FGTS.

11.4. A nota fiscal/fatura não deverá conter arredondamentos de valores. Quando o resultado da operação final apresentar 03 (três) casas decimais ou mais, deverão ser eliminadas as casas decimais a partir da terceira, considerando para valores em centavos, apenas as duas primeiras casas decimais.

11.5. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à Contratada pela Fiscalização e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

11.6. O Contratante não fica obrigado a tomar os produtos/serviços na totalidade do valor e das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento/serviço efetivamente realizado.

11.7. O Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMASEGUNDA- ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO**

10.2A presente contratação permite a antecipação de pagamento parcial/total, conforme as regras previstas no presente tópico.

10.3O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso).

10.3.1 Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

10.3.2 No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

10.3.3 A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico anterior deste instrumento.

10.3.4 A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

10.4O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO, DA REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS**

12.1. O preço unitário considerado para o fornecimento/execução dos serviços será o preço ofertado na proposta vencedora.

12.2. No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando o CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

12.3. Transcorridos 12 (doze) meses da contratação e, caso haja prorrogação do contrato, os preços poderão ser reajustados, tendo por base a data da apresentação da proposta, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.

12.3.2. Para a efetiva aplicação do reajuste, previsto no item acima, a licitante vencedora deverá apresentar sua solicitação por escrito, contendo os demonstrativos e seus comprovantes, para análise e negociação a Prefeitura Municipal de Igrapiúna - BA.

12.4. A revisão de preços dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

12.5. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

12.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

**Onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.**

12.5.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.5.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

13. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO**

229. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- a. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d. O atraso injustificado no início do fornecimento;
- e. A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f. A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;
- g. A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração, e autorização expressa no Edital ou contrato;
- h. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- i. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l. Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m. A supressão, por parte da Administração, dos serviços/materiais, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/21;
- n. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço/fornecimento, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

q. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**m.1) Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

**m.2) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

**m.3) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

#### **m.4) Multa:**

m.4.1) moratória de 0,03% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

m.4.2) moratória de 0,03% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

m.4.3) O atraso superior ao prazo estabelecido em edital autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

m.4.5) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

m.4.6) Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

m.4.7) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

m.4.8) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

m.4.9) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

n) A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

o) Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

p) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

q) A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

r) O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

s) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 137)**

- a) O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- b) Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- c) Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
  - c.1) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - c.2) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- d) O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
  - d.1) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
  - d.2) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
  - d.3) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- e) O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
  - e.1) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - e.2) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - e.3) Indenizações e multas

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

15. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133/21 e vincula-se ao edital e anexos do Pregão Eletrônico nº. 32/2025/SRP, constante do Processo Administrativo nº XXX7/2025, bem como à proposta do CONTRATADO.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO**

16. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

17. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Cidade de Camamu, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes da parte, CONTRATANTE e CONTRATADO, e pelas testemunhas abaixo.

Igrapiúna- BA, em [data].

**MUNICÍPIO DE IGRAPIÚNA**

**XXXXX**

Prefeito

**[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**

**Representante legal: [nome completo]**

CI: [número e órgão emissor] e CPF: [número]

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]

**TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2025/SRP**  
**ANEXO X**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0xx/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2025/SRP**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xxx/2025**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e dezenove, o **MUNICÍPIO DE IGRAPIÚNA**, pessoa jurídica de direito interno, com sede administrativa na \_\_\_\_\_, pelo Prefeito **XXXXX**, [inserir nacionalidade, estado civil e profissão], portador do CPF (MF) nº \_\_\_\_\_, e através da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, órgão gerenciador da Ata, com sede \_\_\_\_\_, por seu responsável, o Sr. \_\_\_\_\_, portadora da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) nº \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, nos termos Lei nº 14.133/21, e as demais normas legais correlatas, na face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 32/2025/SRP**, conforme Ata publicada em **\*/\*/\*\*\*\*** e homologada em **\*/\*/\*\*\*\***, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **\*\*\*\***, inscrita no CNPJ sob o nº **\*\*\*\***, com sede na **\*\*\*\***, CEP **\*\*\*\***, no Município de **\*\*\*\***, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **\*\*\*\***, portador(a) da Cédula de Identidade nº **\*\*\*\*** e CPF nº **\*\*\*\***, cuja proposta foi classificada no certame.

**CLÁUSULA PRIMEIRA– DO OBJETO**

1.1 O objeto desta Ata é a Seleção de proposta apta a gerar contratação mais vantajosa para aquisição de móveis, eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos através de Registro de Preços a fim de atender as necessidades de diversas secretarias do município de Igrapiúna Bahia.

| ITEM | DESCRIÇÃO | FORMA | MARCA | QUANT | V.<br>UNITÁRIO | VALOR<br>TOTAL |
|------|-----------|-------|-------|-------|----------------|----------------|
| ...  |           |       |       |       |                |                |
| .... |           |       |       |       |                |                |
| ...  |           |       |       |       |                |                |
| ...  |           |       |       |       |                |                |

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde

11 2.1. São participantes os seguintes órgãos: Fundo Municipal Saúde.

2.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/21.

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

2.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.6. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.1.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.1.2. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

4.1.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

4.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.3. Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 90 da Lei nº 14.133/21, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

4.4. Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

4.6. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

4.7. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

4.8. É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

4.9. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município,

4.10. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

4.11. Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação.

4.12. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

5. O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

5.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.3. Sofrer sanção prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21;

5.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.4.1. Por razões de interesse público;

5.4.2. A pedido do fornecedor.

5.5. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

5.5. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante (a) instrumento contratual; b) emissão de nota de empenho de despesa; c) autorização de compra; ou b) descrever outro instrumento similar),

5.6. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 03 (três) dias úteis, (a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou, b) assinar o Contrato), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

5.7. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

5.8. Previamente à formalização de cada contratação, o Município realizará consulta à regularidade fiscal da Contratada para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

5.9. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.10. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.8. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

6. Cada contrato firmado com o fornecedor terá vigência de até 12 (doze) meses, observado a vigência do crédito orçamentário, admitindo-se a prorrogação diante do propósito de atendimento do interesse público pela não interrupção do serviço de fornecimento do medicamento à população.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO**

7. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

8. As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas, respectivamente, nas Seções “DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO” e “DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE” do edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

9. Os bens serão recebidos na forma do item “DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO” do edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO**

10. O pagamento dar-se-á na forma do item “DO PAGAMENTO” do edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

11. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

11.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/21.

11.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12. A apuração e aplicação de sanções dar-se-á na forma da Seção “DAS SANÇÕES” do edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

14.1. Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

14.2. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14.3. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o da Cidade de Camamu, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local, data

**MUNICÍPIO DE IGRAPIÚNA**  
XXXXX  
Prefeito

**[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**

**Representante legal: [nome completo]**

CI: [número e órgão emissor] e CPF: [número]

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]

**TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2025/SRP**

**ANEXO XI**

A

Prefeitura Municipal de Igrapiúna-BA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2025/SRP

Objeto:

Abertura dos envelopes:

Horário:

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº.32/2025/SRP**, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias;

b) prazo para fornecimento: ..... (.....) dias.

**Observação:** atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

Os dados da nossa empresa são:

a) Razão Social: \_\_\_\_\_;

b) CNPJ n.º: \_\_\_\_\_;

c) Endereço Completo: \_\_\_\_\_;

d) Fone: \_\_\_\_\_;

e) Fax (se houver): \_\_\_\_\_;

f) E-mail: \_\_\_\_\_;

g) Conta Bancária/Agência/Banco: \_\_\_\_\_.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo(do representante legal)

**Observação:** emitir em papel que identifique a licitante.



PREFEITURA DE  
**IGRAPIÚNA**  
LIBERDADE, UNIÃO E TRABALHO

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS  
PROPOSTA DE PREÇOS

|                              |                  |                             |
|------------------------------|------------------|-----------------------------|
| <b>LICITANTE:</b>            |                  |                             |
| <b>END. COMERCIAL:</b>       |                  | <b>UF:</b>                  |
| <b>CEP:</b>                  | <b>FONE/FAX:</b> | <b>CONTATO:</b>             |
| <b>INSC. ESTADUAL:</b>       |                  | <b>CNPJ:</b>                |
| <b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b> |                  | <b>REPRESENTANTE LEGAL:</b> |
| <b>DADOS BANCÁRIOS:</b>      |                  |                             |
| <b>OBJETO:</b>               |                  |                             |

PLANILHA DE QUANTATIVOS E PROPOSTA DE PREÇOS

| ITEM                              | DISCRIMINAÇÃO  | FORMA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO <sup>2</sup> | VALOR TOTAL <sup>3</sup> | MARCA |
|-----------------------------------|--|-------|------------|-----------------------------|--------------------------|-------|
| ...                               | [O Licitante deve preencher a Proposta conforme discriminação, unidade e quantidade para o item que ofertar preço, de acordo com o Termo de Referência – Anexo I] O erro na discriminação ensejará a desclassificação. |       |            |                             |                          |       |
| <b>VALOR TOTAL:</b>               |  |       |            |                             |                          |       |
| <b>VALOR TOTAL (POR EXTENSO):</b> |  |       |            |                             |                          |       |

|   |
|---|
| <b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA<sup>4</sup>:</b> |
|---|

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei nº 14.133/21, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 32/2025/SRP.

|   |
|---|
| <b>RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE</b><br>_____, ____/____/____<br>LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE |
|---|

**Observações:** A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

<sup>2</sup>Para fins de julgamento da proposta e posterior registro de preço, serão consideradas até duas casas decimais.

<sup>3</sup> O valor total para cada item será o valor unitário multiplicado pela quantidade total estimada.

<sup>4</sup> O Valor Total da Proposta corresponde a soma de todos os itens para os quais o licitante ofertar proposta.

**ANEXO XII**

**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

**Contrato nº**

**Objeto:**

**Contratado:**

**Contratante:**

**Licitação:**

**Processo Licitatório:**

Aos XX dias de xxxxx de 20XX recebemos, em caráter provisório, os produtos indicados na NF nº xxxxxx, no município de Igrapiúna - BA, objeto do contrato acima indicado.

Informamos ainda que os bens ora recebidos de forma provisória, serão objeto de avaliação quanto à conformidade de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pela Contratante, tudo na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes produtos ocorrerá em até 03 (três) dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

Igrapiúna – BA., xx de xxxxx de 2025

**De acordo**

Representante do Contratado

**ANEXO XIII**

**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

**Contrato nº**

**Objeto:**

**Contratado:**

**Contratante:**

**Licitação:**

**Processo Licitatório:**

Aos XX dias de xxxxx de 20XX recebemos, em caráter definitivo, os produtos indicados na NF nº xxxxxx, no município de Igrapiúna - BA, objeto do contrato acima indicado.

Informamos ainda que os bens ora recebidos de forma definitiva, estão de acordo com a conformidade de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pela Contratante, tudo na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

Igrapiúna – BA., xx de xxxxx de 2025

**De acordo**

Representante do Contratado